

6 — São requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso os referidos, respectivamente:

- a) No artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

7 — A admissão ao concurso deverá ser requerida ao director-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Campo Grande, 50, 1749-014 Lisboa.

O requerimento será entregue pessoalmente na Secção de Pessoal ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para o referido endereço, desde que expedido até ao termo do prazo fixado no presente aviso de abertura de concurso.

7.1 — Do requerimento de admissão deverão constar, obrigatoriamente, a identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento e número, local e data de emissão do bilhete de identidade), a residência, o código postal e telefone, bem como a indicação do lugar a que se candidata.

7.2 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo das habilitações académicas de base;
- b) Documentos comprovativos das habilitações e qualificações profissionais, passados pelas entidades promotoras, bem como de acções de formação frequentadas pelos candidatos, donde conste a respectiva duração;
- c) Declaração, passada pelo serviço a que o candidato pertence, da qual conste a existência e a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a antiguidade nessa categoria, na carreira e na função pública, contada em anos, meses e dias;
- d) Fotocópias das fichas de notação relativas à classificação de serviço, reportada aos anos relevantes para efeitos de promoção, obtidas no número de anos exigidos como requisito especial de admissão a concurso e obrigatoriamente a obtida no último ano, com indicação da menção qualitativa e quantitativa;
- e) Declaração, passada pelo serviço ou serviços onde foram exercidas as funções durante os anos referidos na alínea d), que descreva as tarefas e responsabilidades cometidas aos candidatos;
- f) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, conforme determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- g) *Curriculum vitae*, datado e assinado, dele devendo constar quaisquer elementos que os candidatos entendam dever especificar, para melhor apreciação do seu mérito, acompanhado dos respectivos documentos comprovativos.

7.3 — É dispensada aos funcionários que pertençam ao quadro da DGOTDU a apresentação de documentação que o candidato alegue constar, e que conste, do seu processo individual.

7.4 — A não apresentação, juntamente com o requerimento, dos documentos exigidos, determina a exclusão do concurso, de acordo com o n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.5 — Os requerentes poderão fazer a instrução dos respectivos processos nos termos e com os limites previstos no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

8 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8.1 — O júri poderá, se assim o entender, solicitar aos candidatos a apresentação de documentos ou informações complementares sobre os elementos integrantes do currículo.

9 — Métodos de selecção:

- a) Apreciação do currículo profissional;
- b) Discussão do currículo profissional.

10 — Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de selecção são classificados na escala de 0 a 20 valores e resultarão da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos métodos de selecção.

11 — Os critérios de apreciação e o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta do júri, sendo a mesma facultada sempre que for solicitada nos termos legais.

12 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos conjugados no n.º 2 do artigo 33.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º bem como nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 38.º e nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — O júri do concurso terá a seguinte composição, sendo o presidente substituído pelo 1.º vogal efectivo, na sua falta e impedimento:

Presidente — Dr.ª Maria de Lourdes Rosa Poeira, directora de serviços.

Vogais efectivos:

Arquitecta Maria João Eloy Prata Cardoso Rodrigues, chefe de divisão.

Dr. Carlos Vieira de Faria, assessor principal.

Vogais suplentes:

Engenheiro Celestino Rogério Martins Brás, chefe de divisão.

Engenheiro João José Duarte Silva, assessor principal.

12 de Maio de 2000. — Pelo Director-Geral, *José Diniz Freire*.

**Declaração n.º 162/2000 (2.ª série).** — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 03.14.18.00/01-00.PP em 9 de Maio de 2000, uma alteração ao Plano de Pormenor da UOPG 7, Rua de Coimbra, no município de Tomar, aprovado pela deliberação da Assembleia Municipal de Tomar de 6 de Fevereiro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1998.

A alteração consistiu na introdução do n.º 3 ao artigo 7.º do Regulamento, publicando-se em anexo a esta declaração, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a deliberação da Assembleia Municipal de Tomar de 8 de Fevereiro de 2000 que aprovou esta alteração e a alteração ao artigo 7.º do Regulamento.

16 de Maio de 2000. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *José Diniz Freire*.

## ANEXO

### «Artigo 7.º

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Poderá aceitar-se a junção de algumas parcelas do Plano de Pormenor desde que não se alterem os valores urbanísticos globais que resultam da conjugação dos parâmetros previstos para cada uma das parcelas iniciais.»

## 2.ª reunião da 1.ª sessão ordinária de 8 de Fevereiro de 2000

### Minuta de deliberação

Entrando no n.º 6 da ordem dos trabalhos — discussão e votação da deliberação de Câmara tomada na reunião de 22 de Novembro de 1999 sobre a alteração ao Plano de Pormenor — UOPG 7 — ao abrigo dos artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, o presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra.

Não havendo inscrições, o presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com 28 votos a favor a 1 abstenção.

Esta deliberação foi tomada em minuta.

8 de Fevereiro de 2000. — O Presidente da Assembleia Municipal, *Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas*. — A 1.ª Secretária, *Maria do Rosário Cardoso Simões*.

**Declaração n.º 163/2000 (2.ª série).** — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou, com o n.º 04.15.05.00/01-00.P.U., em 11 de Maio de 2000, o Plano de Urbanização de Tróia, no município de Grândola, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2000, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 107, de 9 de Maio de 2000.

16 de Maio de 2000. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *José Diniz Freire*.

**Declaração n.º 164/2000 (2.ª série).** — Torna-se público que o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, por despacho de 10 de Maio de 2000, a pedido da ECAN/MARN — Mercado Abastecedor da Região do Noroeste, S. A., com sede na Avenida da Liberdade, 1, cidade de Braga, declarou a utilidade pública da expropriação de seis prédios sítos em Trezeste, freguesia de Celeirós, município de Braga, pertencentes a Baltazar Ferreira Barbosa da Cruz, assinalados na planta anexa, os quais têm na matriz e no registo predial os números indicados no quadro inserto na mesma planta.